

Raposa Serra do Sol no discurso parlamentar roraimense

Maria do Socorro Pereira Leal*

Resumo: A pesquisa teve como eixo central o funcionamento da expressão ‘o povo roraimense’ nos discursos sobre a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Investigou-se como nesse discurso foram sendo construídas as imagens dos próprios políticos, seus aliados, os opositores, os índios, ‘o povo roraimense’. Delinearam-se duas regiões de sentidos opostos acerca da forma de demarcação: demarcação *em área contínua*, qualificado negativamente; demarcação *em ilhas*, significado positivamente.

Palavras-chave: Análise de Discurso; discurso político; índio; terra; povo.

Este trabalho apresenta a reflexão empreendida em nossa dissertação de mestrado intitulada **Os sentidos de ‘o povo roraimense’ em textos de parlamentares (1999 e 2005)**, realizada no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, concluída em 2006, sob a orientação da Prof.^a Dr. Bethania Sampaio Corrêa Mariani. A pesquisa resultou de um lento processo de querer entender/ter de dar sentidos ao que se apresentou como um estranhamento ao chegarmos a Roraima, ainda em 1992: a discussão intensa sobre demarcação de terra indígena. Sobressaía - em nome do povo roraimense - um coro uníssono e ininterrupto do grupo político de Roraima argumentando favoravelmente à demarcação da terra Raposa Serra do Sol *em ilhas*. Os sentidos pareciam resvalar, transbordar dos limites da literalidade suposta quando se relacionava o que era dito às condições em que era dito. Impôs-se considerar a acirrada disputa que vinha sendo travada, há décadas, entre os que defendiam a demarcação dessa terra *em área contínua* e os que a propunham *em ilhas*.

Pudemos fazer desse estranhamento um projeto de pesquisa ao adotarmos uma perspectiva teórica que concebe o sentido literal como o que se tornou/está predominante entre os demais e que esse estágio é resultado de forças desiguais nos embates sociais ao longo da história. Conforme a Análise do Discurso, na linha de Michel Pêcheux (1993 [1969]; 1997 [1975]; entre outros), não se pensa a língua desvinculada da história, da ideologia - dos jogos

* Professora do Curso de Letras da Universidade Federal de Roraima. Doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense, orientada pela Professora Doutora Bethania Mariani. Mestre em Letras pela Universidade Federal Fluminense, orientada também pela Professora Doutora Bethania Mariani, com a dissertação **Os sentidos de ‘o povo roraimense’ em textos de parlamentares (1999 e 2005)**. E-mail: mspaleal@click21.com.br

de poder. Dessa perspectiva, pudemos investigar o funcionamento da expressão ‘o povo roraimense’ em discursos proferidos por deputados estaduais em sessões da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Com isso, buscamos colocar sob suspeita, digamos assim, o sentido que se oferecia como natural e óbvio, homogêneo e fixo: pôr uma mácula na clareza dos sentidos que são dados como só podendo significar daquele modo. Partir do pressuposto que os sentidos podem sempre ser outros nos possibilitou chegar a uma complexa e móvel configuração do funcionamento semântico da expressão ‘o povo roraimense’.

Para isso, inicialmente, apresentamos o aporte teórico da Análise do Discurso, trazendo os conceitos com os quais lidamos mais efetivamente nos momentos de análise, tais como ‘discurso’, ‘sujeito’, ‘formação discursiva’. Trouxemos uma discussão acerca das tipologias de discurso e, em seguida, detalhamos a tipologia discursiva proposta por Orlandi (1983). As noções de ‘intercambiabilidade’ e ‘reversibilidade’ apresentadas pela autora estão entre as que nos embasaram para refletir acerca da textualidade analisada enquanto discurso político. Por fim, apresentamos partes de algumas pesquisas do campo do discurso político no Brasil com as quais também dialogamos neste trabalho, como o trabalho de Indursky (1997) e Mariani (1998).

Considerando esse esteio, pudemos fazer as primeiras seleções para a construção do *corpus* de nossa pesquisa. Tomamos dois anos relevantes no processo de demarcação da terra Raposa Serra do Sol: o ano de 1999, por suceder a publicação da portaria de demarcação da terra e o ano de 2005, por suceder o decreto de homologação da Raposa Serra do Sol. Nesses períodos, selecionamos, dentre as sessões da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, aquelas em que se discutiu a demarcação da terra Raposa Serra do Sol. Além disso, devido à relevância da discussão feita, tomamos duas outras sessões, uma de 2000 e outra de 2001. Nos textos dessas sessões, efetuamos os recortes que constituíram as seqüências discursivas submetidas à análise. Vale sublinhar que, conforme propõe Orlandi (1984, p. 14), “*recorte*² é uma unidade discursiva”, na qual estão correlacionados “fragmentos de linguagem-e-situação”, ou seja, “o recorte é uma fragmento da situação discursiva”.

Em nosso trajeto de análise, observamos a construção discursiva da referência de ‘nós’. Esse termo, que se apresenta como podendo a todos englobar, mostrou-se construído por uma intrincada rede de sentidos em que depreendemos sete grupos diferentes como sua referência. Nessas referências, alguns segmentos sociais foram sendo incluídos ao passo que a outros não coube senão a exclusão, conforme fosse partidário de uma ou de outra forma de demarcação da terra indígena. Abrange-se do restrito grupo político roraimense à totalidade dos roraimenses/brasileiros em torno da demarcação

² Grifos da autora.

em ilhas. Vale notar, no entanto, que os índios não integram nenhuma dessas referências.

Nas partes subseqüentes, investigamos o processo de denominação e determinação para as formas de demarcação ('em ilhas' e 'em área contínua') da terra Raposa Serra do Sol, bem como para os envolvidos mais diretamente na questão: os partidários de cada um dos dois tipos de demarcação, além dos índios. Em outros termos, observamos como o nomear e o qualificar vão apontando sentidos diferentes e separando o que se apresenta como uno e homogêneo. No discurso político, quando se trata de nomear e qualificar a si e aos aliados, constrói-se um campo qualificado sempre positivamente. São *sensatos, inteligentes, lúcidos, equilibrados, guardiões, responsáveis, produtores do Estado*. E a demarcação em ilhas é *justa, proporcional, democrática, boa, com olhos de brasileiro*. Ergue-se para esse campo uma abrangência totalizadora: *o povo de Roraima, todos os que amam e vivem em Roraima, os brasileiros*.

No que se refere aos opositores, eles são *entreguistas, irresponsáveis, impatrióticos, falsos brasileiros, maus brasileiros*. E a demarcação *em área contínua* da Raposa Serra do Sol, defendida por tais opositores, é *nefasta, excludente, injusta, crime de lesa pátria, mutilação do mapa do Brasil*. Ou seja, não há palavra que aponte para uma valoração positiva das terras indígenas demarcadas em área ininterrupta ou para os que as concebem dessa forma.

Quanto aos índios no funcionamento do discurso político roraimense, de modo geral, mesmo não sendo o alvo dos ataques, o índio é dado como *manipulado, orientado, induzido* pelas ONGs, pela FUNAI, pela Igreja Católica, enfim, pelos que propõem a demarcação em área contínua. No entanto, pela análise da construção discursiva da referência do que se propõe ser uma unidade manipulável, pôde-se depreender que os índios são colocados tanto no conjunto dos opositores quanto no grupo dos aliados. Ao invés de *induzido*, o grupo indígena que se une aos que defendem a demarcação da terra indígena em ilhas é qualificado como *um segmento lúcido, um segmento importante da sociedade roraimense, guerreiro, organizado, legítimo*.

Feito esse percurso, considerando as referências discursivas construídas, pudemos depreender que 'o povo roraimense' no discurso político não é o que abrange todos os que vivem em Roraima, tampouco compreende os que nasceram no Estado. Só pode estar resguardado em 'o povo roraimense' aquele que propõe, o que é defensor da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol *em ilhas*. A *intercambiabilidade* possível nessa posição concerne à defesa fechada quanto à terra indígena. Aponta-se como direção de sentido predominante que a demarcação *em ilhas* é a proposta de todos os que vivem em Roraima.